



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE
COMPUTADORES, CELEBRADO ENTRE O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
CEARÁ E A EMPRESA POSITIVO
INFORMÁTICA S/A. (Processo Administrativo
nº 8516376-30.2017.8.06.0000).**

CT Nº 31/2017

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, situado no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, Cambé em Fortaleza – CE, inscrito no CNPJ sob o número 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE ou TJCE, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Francisco Gladysson Pontes, e por sua Secretária de Tecnologia da Informação, Dra. Denise Maria Norões Olsen, e a empresa **POSITIVO TECNOLOGIA S/A.**, inscrita no CNPJ/MF nº 81.243.735/0019-77, com sede na Rua Javari, nº 1255, Lote 257-B, Distrito Industrial I, Manaus-AM, representada neste ato pelo Sr. ANTÔNIO JOSÉ CAVALCANTE FURTADO, portador da cédula de identidade nº 663.693-83 e inscrito no CPF/MF sob nº 324.457.092-53, daqui por diante simplesmente denominada CONTRATADA, pactuam o presente Contrato que se regerá pela Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 9.648/98, atendidas as cláusulas e condições enunciadas adiante.

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal

Fundamenta-se o presente instrumento na proposta apresentada pela CONTRATADA e no resultado da licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 2016/102, realizado pelo BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, o qual originou a Ata de Registro de Preços nº 2016/032, datada de 04.10.2016, que o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará aderiu, tudo de conformidade com as disposições da Resolução do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará nº 02, de 05 de março de 2015, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883/1994, nº 9.648/1998, nº 9.854/1999, e de acordo com o Processo Administrativo nº 8516376-30.2017.8.06.0000.

Cláusula Segunda – Do Objeto



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Constitui objeto deste Contrato a aquisição de 650 (seiscentos e cinquenta) microcomputadores para o Judiciário Cearense, todos novos e com garantia de funcionamento on-site pelo período de 48 (quarenta e oito) meses, observadas as especificações técnicas e demais condições estabelecidas neste contrato e seu anexo I.

Parágrafo Único – Integram este Contrato, independente de sua transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico nº 2016/102, realizado pelo BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, o Termo de Referência do aludido certame e a proposta da CONTRATADA, os quais, independentemente de transcrição, são partes integrantes deste Instrumento e serão observados naquilo que não o contrarie.

Cláusula Terceira – Dos Equipamentos

Os microcomputadores deverão obedecer às especificações constantes do anexo I deste contrato e na Ata de Registro de Preços nº 2016/102, oriunda do BANCO DO NORDESTE DO BRASIL.

Cláusula Quarta – Do Valor

O valor do presente Contrato é de R\$ 1.794.000,00 (um milhão, setecentos e noventa e quatro mil reais), conforme os preços unitários descritos na tabela abaixo:

| ID | BEM | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO |
|----|-------------------|-------------------|------------|-------------------------------|
| 1 | MICROCOMPUTADORES | UND | 650 | R\$ 2.760,00 |
| | | | | Total R\$ 1.794.000,00 |

Cláusula Quinta – Do Pagamento

A documentação de cobrança deverá ser enviada ao TJCE, dentro do horário comercial, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de seu vencimento.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Parágrafo Primeiro – Os pagamentos serão realizados mediante crédito bancário, em até 30 (trinta) dias da data de recebimento da Nota Fiscal, preferencialmente, nas agências do BANCO BRADESCO S/A, cujas mesmas deverão ser atestadas pelo setor competente deste Tribunal de Justiça, e também de apresentação de certidões que comprovem a regularidade da empresa com o fisco Federal, Estadual e Municipal, FGTS e INSS e débitos trabalhistas. Essa(s) nota(s) fiscal (is)/fatura(s) deverá(ão) ser emitida(s) em nome do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – FERMOJU, CNPJ N.º 41.655.846/0001-47.

Parágrafo Segundo – O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará não se responsabiliza por qualquer despesa bancária, nem por qualquer outro pagamento não previsto neste Instrumento Contratual;

Parágrafo Terceiro – O TJCE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se de quaisquer consequências surgidas e responsabilizando o Fornecedor por perdas e danos em decorrência de tais transações;

Parágrafo Quarto – O TJCE não pagará juros de mora por atrasos de pagamentos referentes a fornecimentos com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes do Contrato.

Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária

As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

04200021.02.126.500.17421.15.44905200.270000.1.20

04200021.02.126.500.18465.15.44905200.270000.1.20

04200021.02.126.500.21809.15.44905200.100000.1.20.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Cláusula Sétima – Do Prazo, Local e Condições de Entrega

7.1 O prazo de entrega será em até 45 (quarenta e cinco) dias, contado da data de início da vigência do Contrato;

7.2 Os equipamentos devem ser novos e de primeiro uso, estar em plena produção, bem como, devem estar devidamente acondicionados em suas respectivas embalagens de fábrica;

7.3 Os equipamentos deverão ser fornecidos com todos os acessórios necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, incluindo cabos, conectores, documentação técnica, etc, em conformidade com as especificações técnicas;

7.4 O objeto será recebido pela Comissão Técnica de Recebimento do Contratante, constituída pelo Contratante da seguinte forma:

- Provisoriamente, no ato de entrega dos equipamentos, conforme Termo de Recebimento Provisório, assinado pelas partes. O recebimento provisório consiste na identificação e conferência dos equipamentos, com ênfase na integridade física e quantitativo;
- Definitivamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da Emissão do Termo de Recebimento Provisório. O recebimento definitivo consiste na verificação do bom funcionamento dos equipamentos, inclusive com a adequação dos equipamentos às exigências das especificações deste documento e da proposta da Contratada e ajustes que tenham sido solicitados no Termo de Recebimento Provisório.

Cláusula Oitava – Das Obrigações do Contratante

I – São obrigações do TJCE:

a) Efetuar as requisições e os pagamentos objeto deste contrato em conformidade com as disposições deste Instrumento;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- b) Proporcionar ao contratado as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente a execução do fornecimento contratado, prestando as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;
- c) Permitir o livre acesso dos empregados da contratada às instalações do contratante, sempre que se fizer necessário, exclusivamente para o fornecimento dos equipamentos;
- d) Atestar as notas fiscais/faturas em boa e devida forma;
- e) Aplicar à contratada as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis.

Cláusula Nona – Das Obrigações da Contratada

I – São obrigações da Contratada:

- a) Não conter em seus quadros, durante toda a execução deste contrato, empregados menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, bem como trabalhadores em condições análogas à de escravo.
- b) Adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, de modo a prevenir ações danosas ao meio ambiente, em observância à legislação vigente, principalmente no que se refere aos crimes ambientais, contribuindo para a manutenção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado.
- c) Fornecer os serviços e materiais constantes do objeto em conformidade com as especificações e prazos determinados neste Contrato.
- d) Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a prestação do serviço. A fiscalização ou o acompanhamento pelo TJCE não exclui a responsabilidade da CONTRATADA.
- e) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato.
- f) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.
- g) Comunicar previamente ao CONTRATANTE, por escrito, a ocorrência de qualquer fato impeditivo ou relevante à execução do contrato, sem prejuízo de prévia comunicação verbal dos fatos, caso a situação exija imediata providência por parte do CONTRATANTE.
- h) Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais resultantes da execução do contrato, os quais já estão incluídos no custo total, ficando o contratante isento do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes da execução deste instrumento.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

i) Manter durante a vigência do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, comprovando-as a qualquer tempo, mediante solicitação do CONTRATANTE.

j) Nomear preposto com poderes para dirimir todas as questões contratuais.

k) Levar imediatamente ao conhecimento do contratante, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis.

l) Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas no fornecimento.

m) Garantir e manter total e absoluto sigilo sobre as informações manuseadas, conforme consta no acordo de responsabilidade para fornecedores e parceiros, constante do anexo IX do Edital, as quais devem ser utilizadas apenas para a condução das atividades autorizadas, não podendo ter quaisquer outros usos, sob pena de rescisão contratual e medidas cíveis e penais cabíveis.

n) Permitir, em caráter irrevogável e irretratável, que o TJCE forneça aos órgãos e entidades municipais, estaduais e federais, voltados à administração tributária, toda e qualquer informação ou ainda documentos que lhe forem requisitados, relativos a este contrato, em cumprimento às disposições normativas vigentes.

Cláusula Décima – Das Sanções Contratuais

A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas em contrato ou em outros que o complementem, as seguintes penalidades, sem prejuízo das sanções legais, Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e responsabilidades civis e criminais:

a) Advertência;

b) Multa:

b.1) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, à exceção de equipamentos de homologação, aplicável sobre o valor unitário contratado de cada equipamento entregue após a data aprazada;

b.1.1) Após o 30º (trigésimo) dia útil de atraso na entrega do(s) equipamento(s), e a critério do TJCE, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, com a consequente rescisão do Contrato, ficando o



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Contratado sujeito à aplicação das multas previstas no Contrato;

b.1.2) O Contratado poderá solicitar a prorrogação do prazo de entrega, cabendo ao TJCE a concessão ou não do novo prazo, devendo a solicitação conter a justificativa para a prorrogação. Ainda que um novo prazo seja concedido pelo TJCE, o Contratado ficará sujeito à aplicação das multas previstas no Contrato, referente aos dias prorrogados;

b.2) Multa de 0,2% (dois décimos por cento) por hora útil (ou fração) que exceda o prazo de solução máximo estabelecido, aplicável sobre o valor unitário de aquisição do equipamento com problemas que tenha o prazo de solução excedido. Caso no mês de apuração o limite estabelecido para o indicador de atendimento seja atendido, a multa tratada neste item passará para 0,1% (um décimo por cento);

b.3) Multa de 0,1% (um décimo por cento), aplicável sobre o preço global contratado, nas demais violações ou descumprimentos de cláusula(s) ou condição(ões) estipulada(s) no Contrato;

b.4) Multa de 10% (dez por cento), aplicável sobre o preço global contratado, em caso de inexecução total do Contrato.

c) Com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/02, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual, e será descredenciado no CRC da SEPLAG, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, ficando também sujeito à aplicação das sanções previstas no Contrato e das demais cominações legais o Contratado que:

- a) Apresentar documentação falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal.

Parágrafo Primeiro – Reserva-se ao contratante o direito de proceder à retenção acautelatória e compensar dos pagamentos do contratado os valores previamente calculados para as multas referidas nesta Cláusula.

Parágrafo Segundo – A retenção referida no parágrafo anterior poderá ser objeto de



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

compensação, uma vez caracterizada total ou parcialmente a sanção de multa ao final do julgamento de processo administrativo, cuja abertura é previamente comunicada ao contratado para apuração da infração contratual, garantida a apresentação de sua defesa no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Terceiro – As sanções de multa poderão ser aplicadas concomitantemente com as sanções de advertência e impedimento de licitar, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Quarto – As multas poderão ser aplicadas de modo cumulativo, independente de sua quantidade.

Parágrafo Quinto – O valor total apurado para pagamento das multas não excederá 10% (dez por cento) do preço global deste contrato.

Cláusula Décima Primeira – Da Garantia Contratual

Para garantir a fiel execução do Contrato, a CONTRATADA deverá prestar até o pagamento da primeira fatura, a garantia de 5% (cinco por cento) do valor deste CONTRATO, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º da Lei 8.666/93, ficando ressalvada desde já exigência de eventuais reforços de Garantia, dentro dos limites da Lei, nas seguintes condições:

a) O pagamento da primeira fatura estará condicionado à apresentação da garantia estabelecida acima.

b) No caso de garantia na modalidade seguro-garantia ou fiança bancária, esta deverá ter seu prazo final de vigência estabelecido excedendo em, no mínimo, 03 (três) meses do prazo final do presente CONTRATO. (IN02-art.19, alterado pela IN MPOG N° 03, DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 – DOU DE 16/10/2009).

c) Não serão aceitas garantias oferecidas que possuam cláusulas ou condições que impeçam ou restrinjam seu uso em favor da TJCE durante a execução deste CONTRATO, inclusive em decorrência de aplicação de penalidades e de responsabilidades civil e trabalhista.

d) Nos casos em que valores de multas ou indenizações venham a ser descontados da garantia, o valor original desta deverá ser recomposto no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento de comunicação do TJCE, sob pena de rescisão administrativa do CONTRATO.

e) A garantia prestada pela CONTRATADA somente será liberada ou restituída após a integral execução do CONTRATO, bem como a comprovação de quitação de todas as sanções eventualmente aplicadas.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

h) Rescindido o CONTRATO por culpa da CONTRATADA, perderá esta, em favor do TJCE, a garantia prestada.

Cláusula Décima Segunda – Da Vigência Contratual

O prazo de vigência deste Contrato iniciará na data de sua assinatura por um período de 50 (cinquenta) meses, sendo 02(dois) meses referentes ao período para emissão do termo de Recebimento Definitivo e 48 (quarenta e oito) meses referentes aos serviços de assistência técnica.

Cláusula Décima Terceira – Da Fiscalização e da Gestão do Contrato

A fiscalização do contrato será realizada pelo FISCAL TÉCNICO – Supervisor do Serviço de Operação; FISCAL REQUISITANTE – Coordenador de Gestão de Serviços; e FISCAL ADMINISTRATIVO – Coordenador da Gestão Administrativa de TI. Caberá à Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça, a gestão deste contrato.

Cláusula Décima Quarta – Do Reajuste

O preço contratado é fixo e irrevogável, e eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65, inciso I, alínea “b” e inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666, de 1993.

Cláusula Décima Quinta – Da Integridade, da Conduta Ética e dos Procedimentos Anticorrupção

A plena execução do objeto deste contrato pressupõe, além do cumprimento das cláusulas e condições definidas neste instrumento, a observância por parte do contratado de procedimento de integridade, conduta ética e adoção de procedimentos anticorrupção na execução dos serviços, atendendo integralmente ao que dispõe a Lei nº 12.846/13. Para tanto, o contratado, declara ter ciência de que o disposto na Lei nº 12.846/13 aplica-se ao presente contrato, ficando obrigado a cumprir fielmente as disposições da Lei.

Cláusula Décima Sexta – Da Rescisão

O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 79 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Cláusula Décima Sétima – Da Publicação

A publicidade resumida do presente Instrumento contratual e de seus Termos Aditivos, dar-se-á através do Diário da Justiça Eletrônico, tudo providenciado pelo CONTRATANTE.

Cláusula Décima Oitava – Do Foro

As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Fortaleza-CE, para dirimir quaisquer dúvidas porventura oriundas deste ajuste, com prévia renúncia pelas partes, de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, preparam este Instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, que depois de lido e achado conforme vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas, para que produzam seus efeitos legais, comprometendo-se as partes contratantes a cumprir o presente Contrato em todas as suas cláusulas.

Fortaleza, 02 de Outubro de 2017.

DESEMBARGADOR FRANCISCO GLADYSON PONTES
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

DRA. DENISE MARIA NORÕES OLSEN
SECRETÁRIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO TJCE

SR. ANTÔNIO JOSÉ CAVALCANTE FURTADO
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA POSITIVO TECNOLOGIA S/A
CONTRATADA (ASSINATURA/CARIMBO)

Testemunhas: _____



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

| | |
|---|---|
| Equipamento: Microcomputador. | Quantidade: 650 (seiscentos e cinquenta) unidades. |
| <p>O microcomputador deve possuir, no mínimo, as seguintes características:</p> <p>Gabinete: O gabinete do microcomputador deve permitir a utilização em orientação vertical e horizontal; Possuir sistema de lacre de segurança ou outro artifício que identifique a abertura do equipamento, para que somente o Contratado faça intervenções técnicas. Em caso de lacre, toda vez que um lacre necessitar ser removido, um novo deve ser colocado pelo Contratado; Deve possuir modelo de refrigeração eficiente de forma que não provoque o superaquecimento dos componentes internos, nem acúmulo excessivo de poeira em seu interior; Deve possuir, em seu exterior, luzes indicativas do estado do equipamento (ligado/desligado/em espera) e da atividade dos discos rígidos; deve possuir botão de liga/desliga frontal; Não deve possuir cantos vivos em suas extremidades ou partes cortantes em seu interior, de forma a prevenir acidentes; Deve possuir volume máximo de 1.500cm³ (um mil e quinhentos centímetros cúbicos), equivalente a 1,5 litros; Deve possuir encaixe tipo Universal Slot Security/Kensington Security Slot (USS);</p> <p>Fonte de Alimentação: Deve suportar a configuração máxima do equipamento, com arquitetura compatível com o gabinete e placa-mãe, suficiente para suportar todos os dispositivos na configuração máxima admitida pelo equipamento (placa-mãe, interfaces, discos rígidos, memória RAM, demais componentes e periféricos);</p> <p>Possuir <i>Power Factor Correction</i> (PFC) ativo;</p> <p>Serão aceitos microcomputadores cujo projeto original utilize fonte de alimentação externa, sem prejuízo das demais especificações, inclusive da própria fonte de alimentação;</p> <p>O microcomputador e os periféricos, que necessitem de corrente alternada, devem funcionar com tensão elétrica nominal full range, entre 100-240V~ AC, frequência de 50/60 Hz, com seleção automática de voltagem;</p> | |



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Os cabos de conexão à rede elétrica devem seguir o padrão NBR 14136:2002.

Processador: Possuir no mínimo 04(quatro) núcleos;

Arquitetura x86, com suporte a 32bits e 64bits;

Possuir dissipador de calor de alta performance, que permita a operação contínua do microcomputador;

Deve suportar recursos de virtualização assistida por hardware, incluindo AMD-V ou Intel VT-x;

A velocidade do relógio deve ser de no mínimo 2.5 GHz nativa, sem o uso de qualquer artifício para elevação do *clock*;

Deve possuir memória cache de no mínimo 6MB (seis Megabytes);

O processador ofertado deverá ser obrigatoriamente da última geração do fabricante

Placa-mãe: Ser do mesmo fabricante do equipamento ou projetada especificamente para o equipamento ou fabricada sob regime OEM;

Deve implementar a utilização de senhas para acesso às configurações do Sistema Básico de Entrada e Saída (BIOS);

Deve permitir a inicialização do sistema operacional a partir de dispositivos de interface *Serial Advanced Technology Attachment* (SATA) tais como HD e *Universal Serial Bus* (USB);

O BIOS deve ser compatível com padrão *System Management BIOS* (SMBIOS) 2.7 ou superior e disponibilizar informações referentes ao número de série e modelo do equipamento, através de acesso via software, a partir do sistema operacional. Não será necessário fornecer softwares adicionais para extrair informações do BIOS;

O BIOS deve ser compatível com os modos de economia de energia do sistema operacional Microsoft Windows 10 ou superior, otimizando o consumo de energia de dispositivos como placa principal, disco rígido e monitor de vídeo. Deve também permitir o desligamento automático do disco rígido e do monitor de vídeo após determinado tempo, e seu religamento pelo usuário através de movimento no dispositivo apontador (mouse) ou no teclado;

Deve possuir chip de segurança *Trusted Platform Module* (TPM) soldado à placa-mãe.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O chip TPM fornecido deve ser no mínimo da versão 1.2. Devem ser fornecidos todos os *drivers* necessários à utilização do chip TPM;

Deve possuir no mínimo 01 (uma) interface SATA III;

Deve possuir no mínimo 01(um) *slot*/interface M.2 2230 ou M.2 2280.

Controladora de vídeo: Caso seja *on-board*, deve possibilitar o compartilhamento de no mínimo 512MB (quinhentos e doze megabytes) da memória principal do sistema; caso seja dedicada (*off-board*), deve possuir no mínimo 1.5GB (um ponto cinco gigabytes) de memória RAM DDR3 ou superior;

Deve ser compatível no mínimo com WXGA padrão PCI Express 16x;

A frequência de *clock* da *Graphics Processing Unit* (GPU) deve ser de 200Mhz (duzentos Megahertz) ou superior;

Deve possuir no mínimo 2 (duas) saídas de vídeo, sendo uma DB15/VGA (D-SUB) e outra de um dos tipos: DVI-D, *Display Port* (DP) ou *High-Definition Multimedia Interface* (HDMI). Deve ser possível conectar até 2 (dois) monitores para exibição de vídeo simultânea; Caso o projeto do equipamento não preveja conector de vídeo DB15/VGA (D-SUB), deverá ser fornecido adaptador de vídeo passivo para converter os sinais DVID e/ou Display Port e/ou HDMI para DB15/VGA (D-SUB);

Deve ser compatível com DirectX 11 (ou superior) e WDDM "*Windows Display Driver Model*".

Controladora de rede: Possuir interface RJ-45, velocidade de 10/100/1000 Mbps (Megabits por segundo) auto-sense, padrão *Ethernet*;

Possuir função *wake-on-lan* (WOL) e *Pré-boot Execution Enviroment* (PXE).

Áudio: A controladora de áudio deve permitir a reprodução de som em alta definição (*High Definition*) com resolução mínima de 16 (dezesseis) bits;

Os equipamentos devem possuir alto-falante interno (*buzzer*) que permita a emissão de sons de alerta (*beep*) sobre o funcionamento e falhas do equipamento;

O equipamento deve possuir conexão frontal para fones de ouvido e microfone (não inclusos);

Serão aceitos equipamentos que compartilhem uma única conexão frontal de áudio



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

para fone de ouvido e microfone.

Memória RAM: Compatível com o barramento da placa-mãe;

08 GB de memória RAM;

Ser do padrão PC3-12800 (DDR3-1600) ou superior, em modo *dual channel*, em configuração mínima de 8GB (2X4GB);

Possuir possibilidade de expansão para 16GB ou superior.

Subsistema de Discos: O equipamento deve possuir no mínimo 01 (uma) controladora *Serial Advanced*

Technology Attachment (SATA) com taxa de transferência mínima de 6Gb/s (SATA-III) ou superior;

Deve possuir 01 (um) disco rígido de estado sólido (SSD) com capacidade de armazenamento mínima de 240 GB (duzentos e quarenta Gigabytes);

A interface do disco SSD com a controladora de discos deve ser no padrão SATA-III ou M.2 2230 ou M.2 2280 ou superior;

O disco deve possuir tecnologia *Self-Monitoring Analysis and Reporting Technology* (SMART);

O disco deve ser acomodado internamente ao equipamento microcomputador.

Portas Universal Serial Bus – USB: Após a conexão do teclado e mouse o equipamento deve disponibilizar no mínimo 05 (cinco) portas USB livres, juntas ou distribuídas nos painéis frontal, traseiro ou lateral, sendo pelo menos 02(duas) do tipo USB 3.0; Caso o equipamento possua o máximo de 06(seis) portas USB, o teclado e mouse, que obrigatoriamente deverão possuir interface USB, poderão compartilhar a mesma porta USB a partir da utilização de adaptadores ou hub, inclusos;

Não será aceita a utilização de *hubs* e/ou *switches* externos para expansão da quantidade de portas USB para equipamentos que possuam menos de 06(seis) interfaces USB nativas, exceto para compartilhamento do teclado e mouse;

Será aceita a instalação de adaptadores/placas internos para expansão da quantidade de portas USB;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Teclado: USB com cabo de no mínimo 1,8 m (um metro e oitenta centímetros);

O leiaute do teclado deve possuir toque confortável e atender ao padrão ABNT2 de no mínimo 104 (cento e quatro) teclas com seção de funções alfanumérica e numéricas individuais, além de teclas adicionais de acionamento das funções do sistema operacional Microsoft Windows, com no mínimo 01 (uma) tecla "Windows logo" e 01 (uma) tecla de aplicação (equivalente ao botão direito do mouse);

Deve possuir suporte integrado para ajuste de altura e inclinação do teclado;

Não deve possuir leitor de cartões magnéticos integrado;

A impressão sobre as teclas deve ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado; teclados que apresentarem sinais de abrasão dentro do período vigente da garantia deverão ser substituídos.

Ser do mesmo fabricante do microcomputador ou sob regime OEM (*Original Equipment Manufacturer*).

Mouse: Mouse óptico com cabo de no mínimo 1,8 m (um metro e oitenta centímetros), com botões esquerdo, direito e central próprio para rolagem;

Resolução de 800 dpi (*Dot Per Inch*) ou superior e tecnologia de varredura baseada em Diodo Emissor de Luz (LED) ou Laser;

Ser do mesmo fabricante do microcomputador ou sob regime OEM (*Original Equipment Manufacturer*).

Gerenciamento Remoto: Deve permitir ligar e desligar o microcomputador remotamente, com controle de acesso, em horários programados, independente do estado do sistema operacional;

Deve permitir o gerenciamento remoto, com acesso ao BIOS; permitir iniciar o microcomputador a partir de uma imagem no formato ISO em um compartilhamento de rede ou CD no console de administração mesmo com o equipamento desligado;

Deve permitir a instalação de sistemas operacionais remotamente com controle total do mouse, teclado e visualização gráfica completa do processo;

Todas as configurações necessárias ao gerenciamento remoto devem vir habilitadas de fábrica.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Sustentabilidade Ambiental: Deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize equipamentos recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

Os equipamentos que compõem o equipamento não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva *Restriction of Certain Hazardous Substances* (RoHS), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs) e éteres difenilpolibromados (PBDEs). A comprovação do disposto poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial, instituição credenciada, pela apresentação do relatório de conformidade ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências.

Software Básico Sistemas e Aplicativos: Os equipamentos devem estar devidamente licenciados junto a Microsoft para utilização do sistema operacional Microsoft Windows 10 Professional 64bits, no idioma português brasileiro;

Devem ser disponibilizados *drivers* compatíveis com os sistemas operacionais Microsoft Windows 7 Professional/Enterprise 32bits e 64bits e Microsoft Windows 10 Professional/Enterprise 64bits para os componentes do microcomputador; os *drivers* devem ser disponibilizados em mídia USB e/ou CD/DVD e/ou a partir de sítio na internet;

A licença de uso do sistema operacional deve possibilitar *downgrade* para Microsoft Windows 7 professional 64bits;

Em tempo de homologação o CONTRATADO deverá disponibilizar no mínimo 02 (dois) microcomputadores idênticos ao ofertado no certame, para que o CONTRATANTE realize a instalação e configuração do sistema operacional, softwares básicos e aplicativos;

De posse dos microcomputadores disponibilizados pelo CONTRATADO e customizados/configurados pelo CONTRATANTE, caberá ao CONTRATADO realizar a construção da imagem do sistema operacional, softwares básicos e aplicativos, livre de erros, falhas e conflitos e que defina automaticamente um *Security Identifier* (SID) do sistema operacional Microsoft Windows exclusivo para cada unidade submetida



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ao processo de baixa de imagem;

Após a finalização da imagem, o CONTRATADO deverá submetê-la à validação do CONTRATANTE, antes da aplicação da imagem no processo fabril do CONTRATADO;

Os equipamentos devem ser entregues com a imagem do sistema operacional, softwares básicos e aplicativos que será produzida pelo CONTRATADO, a partir da disponibilização dos microcomputadores customizados/configurados pelo CONTRATANTE.

Garantia: Mínima de 48 (quarenta e oito) meses *on-site*, a contar da data do Recebimento Definitivo do equipamento.

[Assinatura]

